



BOLETIM INFORMATIVO

AGOSTO/2025
EDIÇÃO 08



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



SUMÁRIO

04

Notícias

Informações Legislativas	04
Novidades Técnico-Jurídicas	05
“Tá rolando pelo mundo”	06

02

Inspiração

Experiências em Direitos Humanos	07
Conhecimento é poder	09
Eventos	10

03

Diversidade

Glossário	12
Pessoas que fazem (e fizeram) história na luta pelos direitos humanos	13
cultura	14

04

Banco de peças	15
----------------------	----





COORDENAÇÃO DO CAO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR:

HENRIQUE SCHNEIDER NETO

Promotor de Justiça e Coordenador

CARLOS FREDERICO REGIS DE CAMPOS

Promotor de Justiça e Coordenador-Adjunto

EQUIPE TÉCNICA:

ADRYELLE ALMEIDA DA SILVA

Auxiliar Ministerial

JHENNIFER ALINE DOS SANTOS LIMA PHILIPPSSEN

Residente





NOTÍCIAS



INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

PL/MT 1172/2025

Ementa: Institui o Programa Estadual de Valorização e Preservação das Culturas Indígenas no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Inteiro Teor

PL 5352/2016

Ementa: Altera os artigos 14 e 20 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos.

Inteiro Teor

PL 5075/2023

Ementa: Dispõe sobre a criação do PROGRAMA CONSTITUIÇÃO LEGAL, para inserção de aulas sobre a Constituição Federal e Direitos Humanos aos alunos da rede pública de ensino em todo País.

Inteiro Teor





NOVIDADES TÉCNICO-JURÍDICAS

MULHER É CONDENADA POR INJÚRIA RACIAL E LESÃO CORPORAL CONTRA FRENTISTA

por ANA LUÍZA ANACHE

A ré Thays Fernanda Calisto da Silva foi condenada a um ano de reclusão por injúria racial e a três meses de detenção por lesão corporal, além de ser obrigada a pagar R\$ 5 mil a título de reparação de danos à vítima Adriano Bento de Oliveira. A sentença foi proferida no dia 17 de junho pela 3ª Vara Criminal de Juara (a 709 km de Cuiabá). A ação penal foi ajuizada pela 1ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca.

Conforme a denúncia do Ministério Público de Mato Grosso, os crimes ocorreram em agosto de 2022, em um posto de combustível da cidade. “Thays Fernanda Calisto da Silva, com consciência e vontade, injuriou a vítima Adriano Bento de Oliveira, ofendendo-lhe à dignidade e utilizando elementos referentes a sua cor”, narrou a peça acusatória.

De acordo com as investigações, no dia dos fatos, a ré parou em um posto de combustíveis para abastecer o veículo. Ao ser questionada pela vítima sobre a forma de pagamento, iniciou-se uma discussão entre os dois. Durante o desentendimento, Thays Fernanda passou a ofender o frentista Adriano Bento de Oliveira com expressões racistas, chamando-o de “preto” e “macaco”, além de afirmar que ele deveria “fazer programa no sinal para ver se ganhava algum dinheiro”. Em seguida, ela se aproximou da vítima e desferiu um soco em sua boca.

Processo 1002718-47.2022.8.11.0018.

Fonte: Portal MPMT.



"TÁ ROLANDO PELO MUNDO"

MDHC INTEGRA ARTICULAÇÃO NACIONAL NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO EM INICIATIVA GLOBAL DA ONU

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) integrou esforços na consolidação do Brasil como País Pioneiro na Aliança 8.7, iniciativa das Nações Unidas voltada à aceleração da Meta 8.7 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A meta prevê a erradicação do trabalho infantil em todas as suas formas até 2025, bem como o fim do trabalho forçado, tráfico de pessoas e escravidão moderna.

O reconhecimento internacional foi resultado de atuação estratégica interministerial na articulação da rede nacional de combate ao trabalho escravo. Esse esforço colaborativo contribuiu diretamente para a elaboração do documento "Roteiro Estratégico: o Brasil como país pioneiro na Aliança 8.7", apresentado em dezembro de 2024, em Turim, na Itália, durante o Workshop e a 19ª reunião do Grupo de Coordenação Global da Aliança 8.7.

(...)

ALIANÇA



Compromissos do Brasil

O Roteiro Estratégico estabelece as diretrizes e ações que guiarão a atuação do país na Aliança 8.7. Entre os compromissos assumidos, destacam-se:

- Reforço dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel (GEFM);
- Elaboração do IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;
- Atualização do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo;
- Estabelecimento de fluxos nacionais de atendimento às vítimas;
- Promoção de campanhas nacionais de conscientização;
- Monitoramento contínuo com relatórios periódicos à ONU.

[Acesse o site sistematizado sobre a Aliança 8.7](#)

Fonte: [Site do Ministério dos Direitos Humanos](#).



EXPERIÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

BRASIL SAI DO MAPA DA FOME, INDICA RELATÓRIO DA ONU

Relatório apresentado nesta segunda-feira (28) durante a 2ª Cúpula de Sistemas Alimentares da Organização das Nações Unidas (ONU) (UNFSS+4), na Etiópia, revela que o Brasil está novamente fora do Mapa da Fome. O país está abaixo do patamar de 2,5% da população em risco de subnutrição ou de falta de acesso à alimentação suficiente.

Os dados constam do estudo O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2025 (SOFI 2025), produzido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU).

O Mapa da Fome é um indicador global da FAO que identifica países em que mais de 2,5% da população sofrem de subalimentação grave (insegurança alimentar crônica).

Estar no Mapa da Fome significa que uma parcela significativa da população do país não tem acesso regular a alimentos suficientes para uma vida saudável. O relatório SOFI divulga esse indicador sempre na forma de médias trienais, considerando as informações dos últimos três anos.

O Brasil alcançou esse patamar em 2014, mas tinha retornado ao Mapa da Fome no triênio 2018/2020. Agora, no triênio 2022/2024, voltou a ficar abaixo de 2,5%.

Nota divulgada, em Brasília, pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome destaca que “a conquista foi alcançada em apenas dois anos, tendo em vista que 2022 foi um período considerado crítico para a fome no Brasil”.

“A saída do Brasil do Mapa da Fome é resultado de decisões políticas do governo brasileiro que priorizaram a redução da pobreza, o estímulo à geração de emprego e renda, o apoio à agricultura familiar, o fortalecimento da alimentação escolar e o acesso à alimentação saudável”, explica a nota.

Como é calculado o Mapa da Fome

A FAO adota alguns indicadores para monitorar a situação alimentar nos países. O principal deles é a Prevalência de Subnutrição (Prevalence of undernourishment – PoU), utilizado na construção do Mapa da Fome. Esse indicador identifica, em cada país, o percentual da população em risco de subnutrição.

O PoU é calculado a partir de três variáveis:

- > quantidade de alimentos disponíveis no país, considerando produção interna, importação e exportação;
- > o consumo de alimentos pela população, considerando as diferenças de capacidade de aquisição (a renda);
- > a quantidade adequada de calorias/dia, definida para um indivíduo médio representativo da população.

Edição: Kleber Sampaio

Fonte: Agência Brasil.





CONHECIMENTO É
PODER



ROSA PARKS: UM SIMPLES
“NÃO”



BIBLIOTECA NA USP LANÇA
CATÁLOGO DE FILMES BRASILEIROS
SOBRE POVOS INDÍGENAS



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



EVENTOS

MPMT PROMOVE ENCONTRO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) realiza, nos dias 18 e 19 de setembro, o evento **Cibus Veritas: Comida de Verdade para Todos, Agricultura Familiar contra a Fome**, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em Cuiabá. O encontro tem como objetivo fomentar o debate sobre políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com foco na agricultura familiar como estratégia de enfrentamento à fome.

A iniciativa é promovida pela Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico, pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) – Escola Institucional do MPMT, e pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar.

O evento é voltado para membros(as), servidores(as), estagiários(as), residentes, colaboradores(as) do Ministério Público, além de acadêmicos de Nutrição, Agronomia e Engenharia Florestal e da sociedade civil em geral. E contará com transmissão em tempo real pelas plataformas Microsoft Teams e pelo canal oficial do MPMT no YouTube.

A programação inclui palestras com especialistas como Julian Perez-Cassarino, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar; Sophie Deram, pesquisadora em comportamento alimentar; Valter Palmieri Junior, criador do projeto Comida e Economia; e Márcia Montanari, doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).



Entre os temas abordados estão: “A necessidade do enfoque da segurança alimentar e nutricional nos sistemas alimentares”, “Comer mal não é escolha: desigualdade social, tempo e ultraprocessados” e “A atuação do Ministério Público como indutor de políticas públicas de segurança alimentar”. O evento também contará com mesas de debate e apresentações sobre a implantação de políticas municipais voltadas à alimentação saudável e acessível.

Saiba mais – O termo “Cibus” vem do latim e significa “alimento” ou “comida”, enquanto “Veritas” tem a mesma origem e significa “verdade”. No contexto do encontro, Cibus Veritas representa um chamado à reflexão sobre o direito à alimentação saudável, justa e acessível. A expressão pode ser interpretada como “Comida de Verdade”, reforçando o compromisso com práticas alimentares que respeitam a saúde, o meio ambiente e a dignidade humana.

“A escolha do nome carrega um forte simbolismo: unir o conceito de comida com o de verdade, destacando a importância de políticas públicas que garantam o direito à alimentação adequada como um pilar da cidadania”, afirma o procurador de Justiça José Antônio Borges Pereira, titular da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico.

Confira abaixo a programação completa do evento:

18 DE SETEMBRO

Abertura 9h:

Rodrigo Fonseca Costa
Procurador-Geral de Justiça MPMT

Antonio Sergio Cordeiro Piedade
Procurador de Justiça – Coordenador do CEAF / Escola Institucional do MPMT

José Antônio Borges Pereira
Procurador de Justiça – Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico

Palestra 9h30:

A NECESSIDADE DO ENFOQUE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS SISTEMAS ALIMENTARES

Palestrante: Prof. Dr. Julian Perez-Cassarino
Engenheiro florestal, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR)

Mediador: José Antônio Borges Pereira
Procurador de Justiça MPMT

Palestra 14h30:

COMER SEM CULPA

Palestrante: Profª Dra. Sophie Deram
Engenheira agrônoma, nutricionista, doutora pela USP

Mediadora: Maria Coeli Pessoa de Lima
Promotora de Justiça MPMT

19 DE SETEMBRO

Palestra 9h15:

COMER MAL NÃO É ESCOLHA: DESIGUALDADE SOCIAL, TEMPO E ULTRAPROCESSADOS

Palestrante: Valter Palmieri Junior
Professor e coordenador do curso de Economia – Strong Business School

Mediador: Henrique Schneider Neto
Promotor de Justiça MPMT

Palestra 14h:

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS MODELOS DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E ACESSO AOS ALIMENTOS

Palestrante: Profª. Dra. Márcia Montanari
Doutora em Saúde Coletiva pelo PPGSC/ISC/UFMT

Palestrante e Debatedora: Profª. Dra. Patrícia Nogueira
Coordenadora do Curso de Nutrição da UFMT

Palestra 16h15:

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INDUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR. IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Participantes: José Antônio Borges Pereira – Procurador de Justiça do MPMT
Henrique Schneider Neto – Promotor de Justiça do MPMT
Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça do MPMT

Fonte: Site MPMT.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



DIVERSIDADE

GLOSSÁRIO

O Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar apresentará, por partes, ao longo do ano de 2025, os artigos da...

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo 11

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12

Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



PESSOAS QUE FAZEM (E
FIZERAM) HISTÓRIA NA LUTA
PELOS DIREITOS HUMANOS

MARGARIDA MARIA ALVES

Margarida Maria Alves foi agricultora familiar, líder camponesa e sindicalista, uma das primeiras mulheres a se destacar pela luta no campo brasileiro por mais direitos e conquistas. Foi assassinada em 1983, na Paraíba. Meses antes, conforme registros da imprensa e de pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPE), Margarida afirmou, durante um discurso: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

Liderança querida e influente na região, que atuava por direitos como carteira de trabalho assinada, jornada de oito horas, férias e 13º salário para os camponeses, ela era vista como uma ameaça para muitos agricultores e usineiros. Desde o ano de 2023, ela integra o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria e é por sua causa que a Marcha das Margaridas leva este nome.

Margarida nasceu em agosto de 1933, em meio à diversidade do homem do campo. Faleceu poucos dias após completar 50 anos. Atuou por 12 anos como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB).

Lutou também contra a violência no campo e pela reforma agrária. Chegou a fundar, no seu estado, com o educador Paulo Freire, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Até que um tiro de espingarda no rosto ceifou sua vida. Ela estava com a família, na porta de casa.

Fonte:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/a-historia-da-agricultora-que-inspirou-varias-outras-mulheres-a-lutar-por-conquistas-no-campo>
(adaptado).

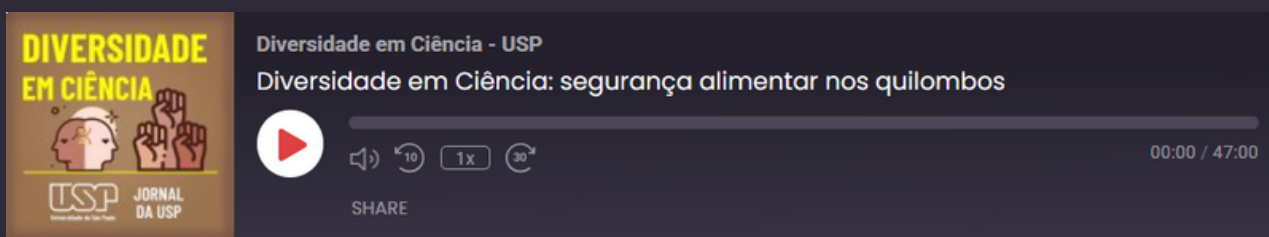


MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CULTURA

Séries/filmes/documentários/
livros/podcasts/músicas



No Diversidade em Ciência, Ricardo Alexino Ferreira entrevista Patrícia Horta e Renata Lopes de Siqueira.

Patrícia Horta é doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP, atuando em Publicidade e Educomunicação. Renata Siqueira é doutora em Ciências da Nutrição, pela Universidade Federal de Viçosa.

As duas são pesquisadoras do INCT/CNPq de Combate à fome, no Eixo Comunicação, da ECA-USP.

Patrícia e Renata também são professoras da Universidade Federal do Sergipe e trabalham com os Quilombos da região.

OUÇA O PODCAST AQUI.

Fonte: Jornal da USP.



BANCO DE PEÇAS

O Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com modelos de manifestações, artigos científicos, dados estatísticos, jurisprudências, entre outros materiais de apoio, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área dos Direitos Humanos.

Além disso, considerando a necessidade de ampliar cada vez mais a qualidade e a variedade dos arquivos constantes em nosso Banco de Peças, solicitamos aos Membros e Servidores os bons préstimos de nos encaminhar minutas de peças de suas autorias, que poderão subsidiar o trabalho de todo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área pertinente, abrillantando, assim, o nosso acervo.

Os arquivos poderão ser encaminhados em documento editável ou em PDF para o e-mail cao.direitoshumanos@mpmt.mp.br.





**DIREITOS HUMANOS,
DIVERSIDADE
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO